



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

TEXTO PARA DISCUSSÃO 004

POBREZA: CONCEITOS E MÉTODOS

Felipe Camargo Raitano

Bolsista FAPERJ - INCT Observatório das Metrópoles

Marcelo Gomes Ribeiro

Pesquisador INCT Observatório das Metrópoles

Rio de Janeiro
2019

Sobre o Observatório das Metrôpoles

Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Composta por dezesseis núcleos regionais, desde 1998 trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional.

Visite nosso website:

www.observatoriodasmetropoles.net.br/

INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Coordenação

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Comitê Gestor

Adauto Lúcio Cardoso

Inaia Maria Moreira de Carvalho

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Correa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Luis Renato Bezerra Pequeno

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento M. Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

COMITÊ EDITORIAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Tuanni Rachel Borba

Massami Saito

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles, os quais, por sua relevância, levam informações para outros pesquisadores e estabelecem um espaço para debate e reflexão. A divulgação por meio da série não constitui publicação, portanto, não impede a edição em outros locais já que o Copyright permanece com os autores.

É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Pobreza: Conceitos e Métodos

Felipe Camargo Raitano¹
Marcelo Gomes Ribeiro²

Resumo

Este texto tem como objetivo apresentar de forma introdutória a evolução histórica do conceito de pobreza e algumas de suas diferentes metodologias de análise. Assim, o texto se encontra estruturado em duas partes. Na primeira, tem-se como foco a apresentação de cinco dos principais conceitos presentes no debate sobre o fenômeno da pobreza, a partir do século XX, sendo eles: o da subsistência, o das necessidades básicas, o da privação relativa, a abordagem das capacidades e, por fim, a abordagem multidimensional. Na segunda, busca-se apresentar algumas metodologias de análise utilizadas nas diferentes abordagens sobre o fenômeno.

Palavras-chave: pobreza; conceitos de pobreza; metodologia de análise e pobreza.

¹ Felipe Camargo Raitano - Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, Pesquisador Bolsista FAPERJ - INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: felipe.raitano@gmail.com

² Marcelo Gomes Ribeiro - Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor adjunto do IPPUR/UFRJ e pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: marceloribeiro@ippur.ufrj.br

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar a evolução histórica do conceito de pobreza e suas diferentes metodologias de análise. Na primeira parte, o relatório foca na explanação de cinco dos principais conceitos presentes no debate sobre o fenômeno da pobreza, a partir do século XX. São eles: o da subsistência, o das necessidades básicas, o da privação relativa, a abordagem das capacidades e, por fim, a abordagem multidimensional.

Na segunda parte, o relatório se concentra em apresentar seis diferentes metodologias de análise sobre o fenômeno, sendo elas organizadas da seguinte maneira: Sistema ONU (ICP, HPI-1, HPI-2 e IPM), Análise pela Renda (Sônia Rocha), Índice de Pobreza Multidimensional– para o Brasil (Adriana Serra) e outras três abordagens multidimensionais produzidas por (1) Kageyama e Hoffmann, (2) Izete Bagolin e Rodrigo Ávila e (3) o Indicador Sintético de pobreza por Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco.

Espera-se que esse relatório possa contribuir com a linha de pesquisa “Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras”, ligada ao Observatório das Metrôpoles, no sentido de guiar os futuros estudos sobre pobreza no Brasil.

2. CONCEITOS

2.1. Subsistência

A Revolução Industrial alterou as formas de pensar e agir em relação à pobreza. A pobreza, que antes era alvo de ações locais de pequenas instituições (como paróquias, por exemplo), passou a ser tema central no debate político e científico, por meio das transformações ocorridas durante a Revolução Industrial, inicialmente na Europa e depois se estendendo para outros países.

A iniciativa local deixou de ser suficiente para resolver o problema da pobreza ligado à nova classe trabalhadora urbana. Nas novas economias baseadas na indústria de manufatura e em um sistema de incentivos de salários, impuseram-se novos problemas

sobre a regulação das quantias a serem recebidas pelos pobres que viviam interna e externamente às instituições regidas pelas *Poor Laws*³.

Em afinidade com os novos interesses da economia nacional, os custos de manutenção daquelas instituições e de seus internos passaram a se constituir em alvo de preocupação para os grupos dirigentes. Naquele contexto, a administração do estado industrial moderno clamava pela racionalização dos métodos e montantes destinados ao alívio da população carente. Desejava-se que os custos de manutenção dos pobres, capazes ou incapazes, permanecessem tão baixos quanto possíveis. De modo articulado a esse desejo, estavam os interesses dos gestores da economia e empregadores, que queriam deixar os pobres propensos a aceitarem os salários mais baixos que lhes fossem oferecidos. Com isso, o alívio passou a ser dado em forma de pão e outros benefícios deste tipo. Na Inglaterra, dinheiro ou uma mistura de dinheiro e pão consistiam na única forma de ajuda dada aos pobres não “institucionalizados” (CODES, 2008).

Em razão disso, se tornou necessário definir as necessidades mínimas que garantissem a sobrevivência dos pobres. Os trabalhos de sociólogos e nutricionistas, na Alemanha, nos Estados Unidos e na Inglaterra, buscaram estabelecer as quantidades de itens alimentares que garantissem a ingestão mínima de energia e de nutrientes necessários para assegurar a vida de uma pessoa. Dessa forma, o campo de debate científico sobre pobreza ganhou força.

A abordagem da subsistência foi constituída na Inglaterra e teve em sua história duas grandes fases. A primeira, no final do século XIX, seguindo a linha das *Poor Laws* e dos estudos nutricionais que buscavam encontrar e formular ações que possibilitassem o acesso de pessoas pobres a um nível mínimo de alimentação, nível esse que seria suficiente apenas para garantir sua reprodução física. Os pobres, nessa fase, eram as pessoas que pertenciam às famílias que não possuísem renda suficiente para alcançar esse nível de alimentação. Destaca-se aqui o forte papel das instituições civis que atuavam para atenuar a questão da pobreza, não tendo o Estado posição de destaque nesse momento. Na segunda fase dessa abordagem, que ocorreu nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, a abordagem muda de tom no sentido de que a pobreza

³ As *Poor Laws* foram um sistema de ajuda social aos pobres em Inglaterra e Gales que se desenvolveu a partir da Idade Média tardia e das leis Tudor, antes de ser codificado em 1587-1598. O sistema das *Poor Laws* subsistiu até ao surgimento do Estado de bem-estar moderno depois da Segunda Guerra Mundial.

passa a ser entendida como um problema para a manutenção da coesão social e, torna-se assim, alvo de políticas públicas de Estado. Para isso, as ações estatais se concentraram na manutenção do pleno emprego como forma de possibilitar o acesso de todos a recursos básicos, nesse caso, a alimentação, possibilitando a manutenção uma maior segurança social para os cidadãos ingleses.

Devido à grande influência inglesa no restante do mundo, outros países também passaram a adotar essa abordagem como forma de entender e combater pobreza. Esse conceito, nos termos atuais, corresponderia à noção de pobreza absoluta, vinculada apenas às questões de sobrevivência física, ao não atendimento das necessidades relacionadas com o mínimo vital (ROCHA, 2003). Diversos países ainda utilizam a abordagem da subsistência (ao menos parte dela) como forma de balizar suas políticas públicas, como Índia e Malásia (antigas colônias inglesas), Estados Unidos e Canadá, segundo (CODES, 2008).

São duas as principais críticas em relação a essa abordagem. A primeira delas critica o fato de que ao tratar apenas a questão da subsistência alimentar as pessoas são entendidas como seres unicamente físicos, ignorando os seres sociais que são, as maneiras como essas pessoas se relacionam em sociedade e com bens não materiais. A segunda crítica apoia-se na problemática de definir como e o que é considerado o nível alimentar básico. As necessidades alimentares também são condicionadas socialmente e diferentes indivíduos, possuem diferentes necessidades, o que gera grande dificuldade na hora de definir esse nível.

2.2. Necessidades Básicas

A partir da década de 1970, a abordagem das necessidades básicas ganha maior destaque no debate internacional sobre pobreza. Apesar de ganhar a atenção nesse período, essa abordagem já existia desde a década de 1950, quando surgiu o pensamento de que a satisfação das necessidades básicas das pessoas poderia ser benéfica para o crescimento econômico e dessa forma contribuir com o progresso social. O destaque dessa abordagem se deve pelas transformações vividas pelo capitalismo a partir dos anos 1970, onde o esgotamento do modelo de sociedade anterior possibilitou um período de reestruturação econômica e de reajustamento político e social em diversos países.

Essas reestruturações causaram transformações no mundo do trabalho, entre as quais se deve destacar a proliferação das condições de precariedade e o desemprego (CASTEL, 1998, p. 33). Com isso, a pobreza deixou de ser uma questão residual, passando a se constituir em uma preocupação central nas sociedades europeias (CODES, 2008, p. 19).

A abordagem das necessidades básicas vai além da renda e passa a ter uma visão multifacetada da pobreza. Incluem-se nela dois grupos de elementos. O primeiro, o padrão mínimo de vida privada de uma família como: comida, moradia, roupas e etc. O segundo, o padrão mínimo de vida da comunidade como um todo, como: água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura (ROCHA, 2003).

Portanto, essa abordagem passa a apresentar uma extensão quando comparada à da subsistência, pois enfatiza os recursos mínimos requeridos pelos indivíduos e comunidades locais, e não apenas sua produção física. Em razão disso, e pela sua intrínseca ligação com a ideia de possibilitar crescimento econômico como forma de progresso social, a abordagem das necessidades básicas passou a ser difundida intimamente ligada à ideia de desenvolvimento econômico e social. Sendo a pobreza uma condição que deve ser superada como forma promover a dignidade de indivíduos, para que assim seja possível alcançar um desenvolvimento maior da nação.

2.3. Privação Relativa

A partir de um reconhecimento cada vez maior das estruturas sociais e institucionais vigentes na realidade e sua relação com o conceito de pobreza, a abordagem das privações relativas ganhou força. Esse fato, além de cunhar uma abordagem que desse atenção para um número maior de indicadores, também atribuiu pesos relativos a cada um. Sendo esses pesos relativos definidos em razão dos interesses da sociedade em questão e dos indivíduos que dela fazem parte. A noção de privação relativa passa a se afastar da ideia de indicadores universais, com pesos universais, que possam retratar a pobreza.

Sob essa perspectiva, a pobreza é definida em função do contexto social em que se vive, a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como as diferentes necessidades são supridas, em uma dada realidade socioeconômica. A pobreza relativa é estabelecida, portanto, por comparação. O fenômeno é entendido como um estado de carência relativamente a outras situações sociais com as quais é confrontado. Ser pobre significa não ter os meios necessários para agir de modo satisfatório no conjunto social em que se

vive (ROCHA, 1997). Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado, enquanto membros da sociedade. Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida: no trabalho, no lar, na vizinhança e na família; ou seja, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados (TOWNSEND, 1993). Sua grande diferença é que a compreensão individual e social do que é pobreza passa a ser central em sua abordagem.

Vale ressaltar duas grandes diferenças da abordagem da privação relativa com as duas anteriores. A primeira delas se dá em relação ao caráter objetivo e subjetivo das análises. Elas diferem em termos da importância que o analista confere à opinião das próprias pessoas sobre suas condições de bem-estar e quais fatores devem ser incluídos na análise. As avaliações objetivas referem-se à ideia material de bem-estar econômico ou de “padrão de vida”; a abordagem subjetiva envolve aspectos menos tangíveis, como, por exemplo, o acesso a direitos.

Assim, a perspectiva objetiva caracteriza-se por envolver julgamentos normativos, que primam por definir aspectos como o que constitui a pobreza e o que é requerido para tirar as pessoas daquele estado. A abordagem subjetiva, por sua vez, dá relevância às opiniões das pessoas, em termos dos bens e serviços que por elas são valorizados. Ela refere-se ao sentimento individual de ter-se tornado pobre, quando não se é mais possível cumprir os compromissos decorrentes da posição ou do lugar ocupados na sociedade, na família, na etnia ou no meio em que se vive (CODES, 2008, p.19).

A segunda diferença se dá pelo caráter absoluto e relativo de cada uma das abordagens possui. O caráter absoluto da pobreza se apresenta nas abordagens que definem um grupo de direitos, serviços, padrão de vida, etc. entendidos como mínimo para todos os cidadãos. A construção desses objetivos é caracterizada por sua universalidade, sem considerar as nuances individuais e sociais que podem alterar as percepções sobre o que é esse padrão de vida desejado. O caráter relativo da pobreza vai na direção contrária, quando leva-se em conta justamente as diferentes percepções sociais e individuais em relação ao que lhe é almejado como uma vida satisfatória. Para essa abordagem, cada sociedade e cada indivíduo possui diferentes percepções sobre o padrão de vida desejado de acordo com suas próprias características e esse fato é determinante na definição do que é pobreza. No entanto, mesmo a pobreza absoluta depende do conceito de quais são os direitos, serviços, padrão de vida, etc. desejados. Essas noções se

alteram de acordo com o tempo e local em que estão inseridas, o que também lhes dá um caráter relativo, mesmo que de forma mais implícita.

Dessa forma, a privação subjetiva está associada ao enfoque da pobreza relativa, uma vez que coloca em sua análise as percepções individuais do que caracteriza privação ou pobreza para cada indivíduo, enquanto que a visão objetiva se conecta com as abordagens anteriores que definem de forma absoluta o padrão de vida desejado socialmente, sem levar em conta as variações e percepções individuais sobre o tema.

A principal crítica metodológica da abordagem das privações relativas em relação às anteriores é que as mudanças nos padrões de vida e hábitos acontecem ao longo do tempo, e muitas pesquisas de abordagens objetivas e absolutas concluem quais são as necessidades para se combater a pobreza, tendo como base os padrões do passado, o que pode não retratar a realidade presente. Vale citar a dimensão dos preços como exemplo. O preço sempre foi tido como um indicador útil para a medição da pobreza, mas tais preços sofrem alterações ao longo do tempo, como todos os outros indicadores. Para isso, muitos pesquisadores adotam a estratégia de corrigir as nuances dos preços ao longo do tempo para assim construir uma análise de longo prazo sobre pobreza. A abordagem das privações relativas defende que mesmo através de uma correção exata, a dimensão do preço pode não ter o mesmo peso relativo na vida das pessoas ao longo do tempo. O que as sociedades e pessoas buscam como condição de vida, pode dar ao preço peso relativo menor ou maior nessa busca.

Portanto, o que essa abordagem defende é que, para entender o que é pobreza, a análise deve recair sobre os indivíduos e não os indicadores. O que os indivíduos e a comunidade como um todo entenderem como privações e padrão de vida desejado, deve guiar a análise sobre pobreza. Uma das vantagens da atual abordagem é que ela assume a percepção como cerne de uma discussão sobre a estrutura social vigente em certa época e local.

2.4. Pobreza como privação das capacidades

A abordagem da privação das capacidades, que tem como grande referência em seu desenvolvimento o autor indiano Amartya Sen, avança no sentido de ampliar, aprofundar e incorporar outras dimensões na conceituação sobre o que é pobreza. A abordagem passa a dar maior ênfase no campo da justiça social (assim como a da

privação relativa), discutindo aspectos de desenvolvimento, bem-estar, liberdade, igualdade, desigualdade etc. Nessa perspectiva, a abordagem tem como núcleo a noção da capacidade dos indivíduos de usufruir de um tipo de vida que valoriza. Para se atingir esse tipo de vida, o indivíduo deve usufruir de algumas liberdades instrumentais como: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A partir dessas considerações, ao invés de definir a pobreza como carência de suprimento das necessidades fundamentais, Sen (1999) a percebe como: a “falta de realização de certos funcionamentos de base e da aquisição das capacidades correspondentes: uma pessoa é pobre se carece da oportunidade de atingir alguns níveis minimamente aceitáveis destes funcionamentos”.

Sob essa perspectiva, para que uma pessoa saia da pobreza e passe a levar uma vida digna e integral, ela deve desenvolver capacidades, por meio de ações individuais e coletivas, que conduzam à melhoria de suas condições de vida e mesmo à superação dos movimentos cíclicos e desvantajosos que as fazem permanecer em situações de carências e privações.

Além disso, a abordagem rejeita uma métrica *utilitária* como forma de analisar o bem-estar ou a pobreza. Sen argumenta que bem-estar tem a ver com “estar bem”, o que se refere a ser capaz de ter longevidade, de estar bem nutrido, de ser saudável e educado, além de outros atributos. Diz ainda que a mensuração do “padrão de vida” deve se pautar na vida, e não na posse de *commodities* (RAVALLION, 1994, p. 5).

Em razão disso, são incorporadas ao conceito de pobreza a privação das capacidades, desde dimensões de natureza física, como estar bem nutrido, estar adequadamente vestido, morar bem e evitar morbidade, até a conquista de objetivos sociais mais complexos, como ser feliz, participar da vida em comunidade, etc. Dessa forma, essa abordagem fortalece a interação entre as noções de pobreza absoluta e relativa, pois analisa desde perspectivas instrumentais (*commodities*), até a forma como isso faz o indivíduo se sentir em razão da sua situação social.

A partir dessa visão, Sen (1999) critica as abordagens que estabelecem a renda como critério único de análise da condição de pobreza. Para isso, argumenta que a renda não retrata de forma apurada a realidade social. São quatro os principais argumentos: (1) a relação entre renda e capacidade seria afetada pela idade da pessoa, pelos papéis de gênero e sociais, pela localização, pelas condições epidemiológicas e por outras

variáveis sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado; (2) Pela distância entre a pobreza real e a pobreza da renda; (3) Pela distribuição da renda da família que distribui de forma a representar interesses e costumes; e (4) a privação relativa de renda pode resultar em privação absoluta de capacidades. Ser pobre em um país rico, mesmo que a renda do pobre seja elevada, se comparada com a dos pobres de outros países, também priva o acesso desse grupo a certas liberdades e recursos desse país.

Portanto, uma análise que partisse apenas da renda, ou até mesmo de recursos básicos, não seriam suficientes para retratar a pobreza. O autor ainda defende a importância de análises que busquem demonstrar a distância entre a posição de uma pessoa e o nível do patamar de vida definido, ou mesmo as desigualdades entre os pobres. Porém, Amartya Sen, assim como Ravallion, considerando que a tarefa de analisar a pobreza consiste em se determinar quais são as capacidades relevantes em sociedades específicas e quem são as pessoas que falham em alcançá-las, entende que instrumentalizar esse tipo de análise apresenta grandes dificuldades, sob o ponto de vista metodológico. Dando maior enfoque ao caráter filosófico da abordagem do que seu caráter empírico e mensurável.

2.5. Pobreza Multidimensional

Como vimos, o conceito de pobreza ao longo do tempo tem evoluído de uma análise focada mais na unidimensão de algum indicador como renda, custo de vida, alimentação etc. e caminhando para uma análise que aborde mais dimensões, de forma a buscar analisar a vida humana como um todo. A pobreza multidimensional, visão mais utilizada na atualidade, caminha nesse sentido. Muito além da renda, essa abordagem entende que a pobreza consiste em um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. Para essa abordagem, as múltiplas dimensões da vida humana devem ser levadas em conta na análise do nível de vida das pessoas. O não acesso a certos níveis de vida em determinadas dimensões configuraria uma situação de privação, assim podendo configurar ou não uma relação de pobreza, dependendo do método e das dimensões utilizadas para a análise.

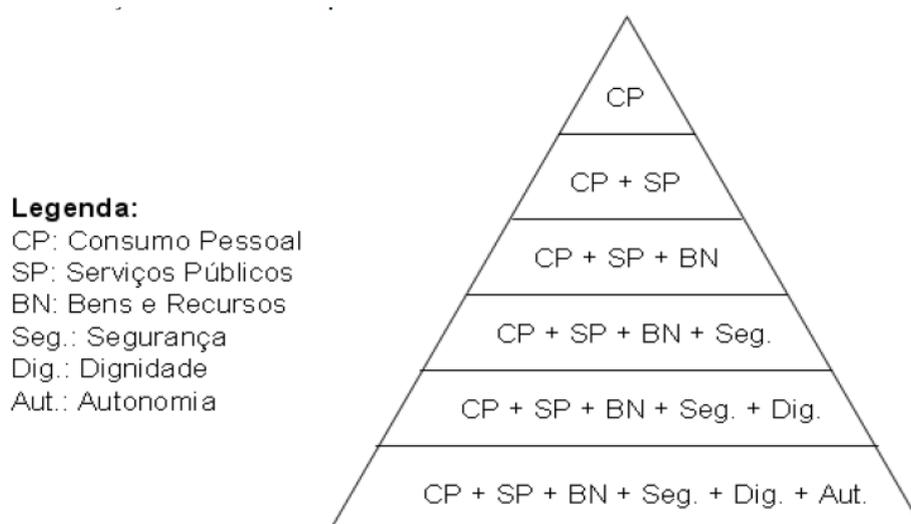
Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimentos de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político. Além disso,

como a pobreza não se esgota nos aspectos materiais e individuais, mas inclui as relações sociais, como o acesso ao trabalho e à assistência, as abordagens multidimensionais abarcam ainda dimensões sociais e mesmo políticas relacionadas a essa questão (CODES, 2008, p. 24).

A principal vantagem dessa abordagem é que ela permite uma análise profunda de um número indefinido de dimensões. Ela pode ser adequada ao ambiente ao qual se pretende retratar sua realidade, sendo que cada um de seus métodos pode retratar uma parte da realidade social, dando enfoque ao que se destina estudar, evidenciando uma ou outra dimensão. Porém, seu maior benefício pode também trazer problemas como a dificuldade de comparação analítica. Apesar desse fato, estar presente em todas as abordagens em relação à pobreza, um método multidimensional que analise as dimensões da pobreza em um espaço e tempo definido, pode não ser útil ou comparável à outra realidade. A exemplo, as diferenças entre pobreza urbana e rural, etc.

Como se vê, a multidimensionalidade da pobreza envolve aspectos de diversas naturezas: materiais, subjetivas, assim como dimensões políticas e sociais relacionadas à questão. Por tudo isso, observa-se que se trata, de fato, de um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados, estão interrelacionados.

Por fim, vale apresentar o quadro elaborado por Ana Luiza Machado de Codes, onde a autora apresenta de forma sintetizada a evolução histórica dos conceitos de pobreza. Percebe-se que cada vez mais o conceito busca expandir suas fronteiras e assimilar outras dimensões como caracterizantes desse fenômeno.

Figura 1 – Evolução dos conceitos de pobreza

Fonte: CODES, 2008.

3. MÉTODOS

Na primeira parte do relatório, foram apresentados cinco dos principais conceitos sobre pobreza. Sendo eles: o da subsistência, o das necessidades básicas, o da pobreza relativa, o da abordagem da privação das capacidades e o da pobreza multidimensional.

Vale agora, apresentar alguns dos métodos de análises sobre o fenômeno da pobreza. Serão apresentados seis métodos: Sistema ONU (ICP, HPI-1, HPI-2 e IPM), Análise pela Renda (Sônia Rocha), índice de Pobreza Multidimensional para o Brasil (Adriana Serra) e outras três abordagens multidimensionais produzidas por (1) Kageyama e Hoffmann, (2) Izete Bagolin e Rodrigo Ávila e (3) o Indicador sintético de pobreza por Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco.

3.1. Indicadores do Sistema ONU: Multidimensional Poverty Index (MPI), Human Poverty Index (HPI-1 e HPI-2) e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Nessa sessão serão apresentados, de forma cronológica, quatro indicadores desenvolvidos pelo sistema UNDP (*United Nations Development Programme*). Em busca de contribuir com a superação dos limites de análise gerados pelas linhas de pobreza a UNDP vem trabalhando desde a década de 1990 em novas maneiras de mensurar pobreza. Suas tentativas de desenvolver indicadores interagem com a abordagem das capacidades (*Capability Approach*), e buscam medir de maneira

racionalizada e comparável algumas necessidades básicas, que possibilitassem aos indivíduos a busca pela obtenção de um nível de vida que desejam. As áreas mensuradas interagem principalmente com as áreas analisadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também desenvolvido pelo sistema ONU, como educação, renda e saúde.

O primeiro deles, o *Capability Poverty Measure* (CPM), criado em 1996, se apresenta como um indicador composto, capaz de refletir a porcentagem da população com déficit de capacidade a três dimensões do desenvolvimento humano: ter a capacidade de viver uma vida de maneira saudável, socialmente segura e bem nutrida. Os indicadores utilizados são:

1. A porcentagem de crianças com menos de 10 anos que estão abaixo do peso;
2. A porcentagem de nascimentos (partos) realizados por pessoas não especializadas;
3. A porcentagem de mulheres de 15 anos ou mais analfabetas.

Em 1997, criou-se o *Human Poverty Index* (HPI-1) e em 1998 o IPH-2. O índice HPI-1 foi projetado para identificar as privações básicas em países em desenvolvimento, enquanto o HPI-2 buscava analisar o mesmo objeto em países industrializados. Essa diferenciação foi feita, pois se entendia que os mesmos indicadores não seriam capazes de refletir duas diferentes realidades.

Para o HPI-1 as dimensões e os indicadores utilizados foram:

1. Longevidade: porcentagem de pessoas com expectativa de vida abaixo de 40 anos;
2. Educação: porcentagem de adultos analfabetos;
3. Padrão de vida: composto por um indicador sintético que consiste em três variáveis. (1) Porcentagem de pessoas com acesso à água potável, (2) porcentagem de pessoas com acesso a serviços de saúde e (3) porcentagem de crianças abaixo de 5 anos em situação de desnutrição.

O resultado final se dá pela média aritmética dos três indicadores. Desde 2001, o acesso aos dados dos serviços de saúde não está disponível e a dimensão do padrão de vida é medida usando apenas dois indicadores - a porcentagem da população que não usa fontes de água potável e a porcentagem de crianças menores de cinco anos que estão

abaixo do peso. O cálculo do HPI-1 é mais simples do que calcular o IDH. Os indicadores usados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos como porcentagens), então não há necessidade de criar índices de dimensão como para o IDH.

Como já dito, o HPI-2 foi desenvolvido especificamente para refletir a realidade de países industrializados, portanto, suas dimensões e indicadores utilizados foram:

1. Longevidade: porcentagem de pessoas com expectativa de vida abaixo dos 60 anos;
2. Educação: porcentagem de adultos que são analfabetos funcionais;
3. Padrão de vida: porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza definida pela metade da renda média *per capita*.
4. Exclusão Social: porcentagem de pessoas em situação de desemprego no longo prazo.

O resultado final também se dá pela média aritmética de todas as dimensões.

Em 2010, o sistema ONU lança o Índice de Pobreza Multidimensional, desenvolvido pela desenvolvido pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative*, onde buscase superar as limitações de seu antecessor, o HPI, ao procurar computar tanto o número e pessoas que são pobres multidimensionalmente, como a intensidade da sua pobreza. O IPM é definido segundo dez indicadores, concorrendo cada um deles de forma idêntica para a sua respectiva dimensão, ou seja, todos com o mesmo peso. São três as dimensões: saúde, educação e padrão de vida. São os indicadores de cada dimensão:

1. Saúde: taxa de mortalidade infantil e nutrição;
2. Educação: anos de escolaridade e número de crianças matriculadas nas escolas;
3. Padrão de vida: acesso à eletricidade, acesso à água potável, acesso ao saneamento apropriado, acesso a combustível para cozinhar, acesso a uma casa com pavimento de terra, e não tendo veículo motorizado próprio, à propriedade, no máximo, com dois dos seguintes bens: bicicleta, moto, rádio, geladeira, telefone e televisão.

Metodologicamente, o IPM resulta do produto de duas medidas. A primeira é a da taxa multidimensional da contagem de pessoas e a segunda é a intensidade/amplitude da pobreza.

Assim, para cada uma das três dimensões dá-se peso de 1/3 na ponderação final, sendo que todos os indicadores possuem o mesmo peso dentro de suas dimensões. Por exemplo: cada um dos indicadores de educação, que são dois, possuem metade $\frac{1}{2}$ do peso final para essa dimensão. Os indicadores do padrão de vida, que são 6, possuem cada um deles a sexta parte do peso atribuído a sua dimensão e assim por diante.

Para cada família, efetua-se o somatório das respectivas privações multiplicadas pelo seu peso, isto é, a pontuação de privação ponderada, e no caso do resultado final ser superior a 3, a família é considerada como pobre. Se o resultado estiver compreendido no intervalo entre 2 e 3, então, a família é considerada vulnerável, isto é, em risco de pobreza multidimensional.

A diferença fundamental do IPM em relação ao HPI – obtido pela média geométrica dos índices parciais de cada dimensão – é que o novo índice leva em conta a distribuição conjunta das privações, isto é, as privações que os indivíduos ou domicílios, dependendo da unidade de identificação escolhida, enfrentam simultaneamente em educação, saúde e padrão de vida. Desta forma, é possível medir tanto a incidência, como a intensidade da pobreza, levando em conta as mesmas dimensões do IDH e do IPH, na perspectiva das capacitações.

3.2. Mensuração de pobreza através renda - Sônia Rocha

A metodologia, apresentada por Sônia Rocha, opta por seguir a tradição brasileira e definir a pobreza sob a perspectiva da renda familiar, definindo uma linha de pobreza que se refere ao valor de uma renda familiar suficiente para a reprodução alimentar e ao acesso a serviços básicos de seus componentes, como: habitação, vestuário, educação, lazer e etc.

Além da linha de pobreza, a pesquisadora constrói também a chamada “linha de indigência” que busca representar apenas a renda familiar necessária para a reprodução alimentar de seus indivíduos. Essa metodologia se aproxima das perspectivas da subsistência e das necessidades básicas sobre pobreza, tendo como objeto de sua análise a renda familiar. Apesar deste fator ser muito criticado, por já não ser suficiente para retratar uma condição mais complexa de pobreza, a inclusão de custos relacionados às necessidades básicas dos indivíduos, e principalmente, sua abordagem regionalizada, trazem um destaque maior ao seu método. Nesse método, cada região possui um custo

de vida e isso é levado em conta no momento de definir as linhas de pobreza e indigência para cada ano. Tendo definido os valores para cada uma das linhas, se torna possível aplicá-los aos dados que se pretende analisar. As famílias com renda inferior ou igual à linha da pobreza, são consideradas pobres e as pessoas com renda inferior ou igual a linha de indigência, são considerados indigentes (não possuem renda suficiente para suas necessidades alimentares).

3.3. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para o Brasil - Adriana Serra

A pesquisadora Adriana Serra, em sua tese de doutorado intitulada “*Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano*” (2017), apresenta a criação de um indicador capaz de mensurar a pobreza multidimensional no Brasil, sendo ela rural ou urbana, através dos dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2000 e 2010, no nível do indivíduo. Para isso, ela faz uso de duas das metodologias mais utilizadas atualmente para a criação de seu indicador.

Para analisar a evolução da pobreza multidimensional no Brasil, o método de contagem de Alkire-Foster (AF) é inicialmente empregado. O método Alkire-Foster, baseado no enfoque de contagem de privações para identificar os pobres em uma população, tem sido o mais usado na mensuração da pobreza multidimensional. Em seguida, a contagem de privações é substituída pelo modelo hierárquico sugerido por Permanyer (2016) para a identificação dos pobres, a partir da definição de perfis de pobreza. Na proposta de Permanyer levam-se em conta os aspectos de substitutibilidade e complementaridade, entre os atributos contemplados na construção do índice de pobreza multidimensional. Ou seja, os pesos em que cada um dos indicadores deve ter na contagem das privações. A comparação entre os dois métodos, defende Adriana Serra, contribui para uma definição mais acurada do potencial público-alvo de políticas de combate à pobreza.

Os indicadores e seus respectivos pesos definidos pela pesquisadora podem ser vistos na Figura 2.

Figura 2 – Dimensões, indicadores, definições de privação e pesos do índice de pobreza multidimensional para o Brasil.

Dimensões e indicadores	Privação	Peso (%)
Padrão de vida		50,00
Canalização de água	Não existe água canalizada no domicílio, na propriedade ou no terreno.	8,33
Banheiro de uso exclusivo	Não existe banheiro de uso exclusivo no domicílio.	8,33
Destino do lixo	Lixo colocado em caçamba de serviço de limpeza nas áreas urbanas e rurais, com lixo queimado ou enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio, logradouro público, rio, lago ou mar, ou outro destino.	8,33
Energia elétrica	Não existe energia elétrica no domicílio.	8,33
Bens de consumo duráveis	O domicílio: i) não possui geladeira; ou ii) não possui ao menos um item dentre: rádio, televisão ou telefone (fixo ou celular (1)); e iii) não possui qualquer item dentre: máquina de lavar roupa, microcomputador ou automóvel.	8,33
Densidade morador/dormitório	Mais de dois moradores por dormitório.	8,33
Educação (2)		50,00
Frequência à escola e alfabetização	De 7 a 17 anos de idade: não frequenta escola. 18 anos ou mais de idade: não sabe ler e escrever.	25,00
Adequação idade-série escolar e nível de instrução	De 7 a 8 anos de idade: não frequenta escola. De 9 a 17 anos de idade: i) defasagem idade-série de dois anos ou mais; ou ii) não sabe ler e escrever. De 18 a 64 anos de idade: i) sem instrução e fundamental incompleto; ou ii) não sabe ler e escrever. 65 anos ou mais de idade: não sabe ler e escrever.	25,00

Elaboração própria.

(1) Telefone celular investigado somente no censo de 2010.

(2) Somente pessoas de 7 anos ou mais de idade. Crianças de 0 a 6 anos de idade não podem ser classificadas como privadas de educação, uma vez que a legislação vigente anterior a 2010 estabelecia a obrigatoriedade do ensino somente a partir dos 7 anos.

Fonte: SERRA, 2017.

Os resultados de sua análise são apresentados da seguinte forma:

Para o modelo hierárquico sugerido por Permanyer (2016), considera-se que as dimensões padrão de vida e educação são complementares, ou seja, um indivíduo é multidimensionalmente pobre se é privado na dimensão padrão de vida ou se é privado na dimensão educação. Em relação ao padrão de vida, com base na literatura revista, entende-se que a existência de água canalizada, banheiro de uso exclusivo, energia elétrica, geladeira e ao menos um meio de comunicação ou acesso à informação (rádio, televisão ou telefone) são condições mínimas para uma vida decente. Assim sendo, um indivíduo é privado de padrão de vida adequado se sofre privação em pelo menos metade dos indicadores nesta dimensão, uma vez que a privação em três indicadores implica, necessariamente, a privação em um dos itens avaliados como essenciais. Quanto à educação, um indivíduo é privado nesta dimensão quando sofre privação em todos os indicadores, cuja definição depende da faixa etária. A pessoa é totalmente privada em educação se: i) tem de 7 a 8 anos de idade e não frequenta escola; ii) tem de 9 a 17 anos, não frequenta

escola e não sabe ler e escrever; ou iii) tem 18 anos ou mais e não sabe ler e escrever (SERRA, 2017).

Portanto, o IPM Brasil, desenvolvido pela pesquisadora, define que um indivíduo *i* é privado no domínio do padrão de vida, se for privado de 3 de seus indicadores e privado na dimensão da educação, se for privado em dois de seus indicadores. Por fim, é identificado como multidimensionalmente pobre o indivíduo que apresentar privação em pelo menos um dos domínios (dimensões).

3.4. Pobreza Multidimensiona - Kageyama e Hoffmann (2006)

Utilizando os dados das PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) do IBGE nos anos de 1992 a 2004, Kogeyama e Hoffman em sua proposta definiram quatro grupos de situação social, a partir da combinação dos critérios de renda e carências de equipamentos básicos.

Primeiramente, foi estabelecida uma linha de pobreza de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), correspondente a meio salário mínimo de maio de 2005. Os rendimentos levantados pelas PNADs, tendo como referência o mês de setembro de cada ano, foram então atualizados (inflacionados), obtendo-se valores monetários em reais de abril/maio de 2005 para todo o período estudado.

A metodologia utilizada realiza várias correções monetárias a fim de apresentar os resultados comparáveis ao ano de 2005. Essas correções são necessárias devido às mudanças econômicas vividas no período analisado. Além disso, a linha de pobreza estabelecida se refere a meio salário mínimo do ano de 2005. Isso não quer dizer que todo ano a linha de pobreza será definida de acordo com metade do salário mínimo. Os autores aplicam a correção, demonstrando quanto R\$ 150,00 – cento e cinquenta reais (0,5 SM de 2005) correspondia em valor real nos outros anos.

Foram escolhidos três indicadores não monetários de qualidade do domicílio para complementar a renda na identificação dos pobres: a presença de água canalizada em pelo menos um cômodo, a existência de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade e luz elétrica no domicílio.

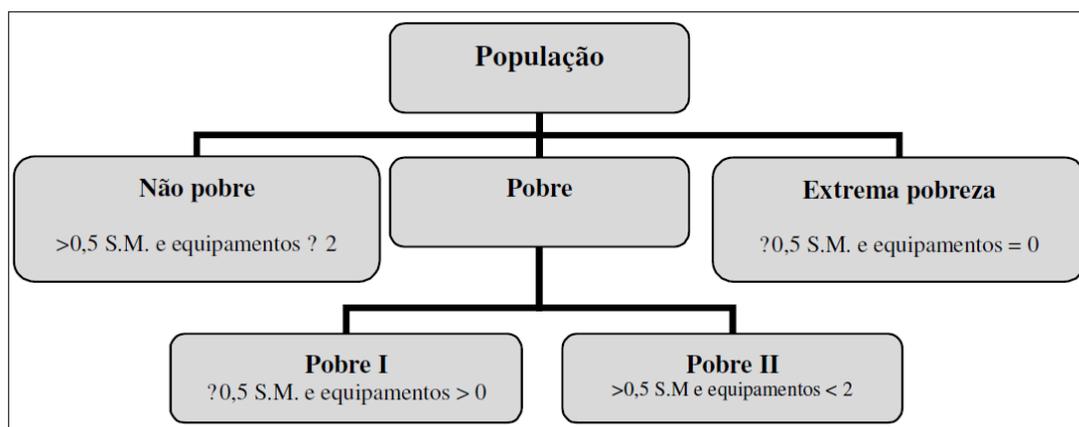
O resultado final é apresentado de acordo com 4 categorias. Estabelecida a linha de pobreza de renda, a pessoa com renda domiciliar *per capita* acima desse valor e cujo domicílio possui pelo menos dois dos três equipamentos definidos como básicos foi considerada não-pobre. Para as pessoas com renda abaixo da linha de pobreza ou cujo

domicílio possui menos de dois equipamentos básicos, foram consideradas três situações:

1. **Extrema Pobreza:** pessoas com renda abaixo da linha de pobreza e cujo domicílio não possui água canalizada em nenhum cômodo, nem banheiro ou sanitário e nem luz elétrica, ou seja, encontra-se em estado de privação dos três equipamentos básicos;
2. **Pobreza:** inclui pessoas com renda menor que a linha de pobreza e cujo domicílio possui pelo menos um desses três equipamentos (pobre tipo I) e pessoas com renda acima da linha de pobreza vivendo em domicílio com menos de dois equipamentos (pobre tipo II).

O quadro abaixo apresenta a classificação do resultado final do método.

Figura 3: Categorias Sociais



Fonte: Kogeyama, 2006.

3.5. Pobreza Multidimensional - Izete Bagolin e Rodrigo Ávila

O método utilizado por Izete Bagolin e Rodrigo Ávila leva em conta as abordagens das capacidades e das necessidades básicas. Esse indicador multidimensional foi construído utilizando indicadores de ambas as abordagens mencionadas. Buscou-se analisar indicadores, dentro de cada uma das dimensões, que refletissem o processo de efetiva transformação de recursos em capacidades humanas. Por exemplo, o indicador de saúde foi construído de forma que refletisse os recursos de saúde disponíveis (números de médicos e leitos por mil habitantes), e sua transformação em capacidades humanas (taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida). O mesmo acontece com as outras

dimensões. Vale ressaltar que a dimensão da renda não foi incluída na construção desse indicador. Os indicadores para cada uma das dimensões analisadas foram:

1. Saúde: (a) disponibilidade de camas e médicos para cada mil pessoas e (b) taxa de mortalidade infantil para crianças abaixo de 5 anos e a expectativa de vida.
2. Segurança: (a) número de policiais por habitante e (b) o a taxa entre números de homicídios e número de tentativas de homicídios por 100.000 habitantes.
3. Educação: A porcentagem de adultos analfabetos funcionais e a médias de anos de estudo de pessoas com 25 anos de idade.
4. Segurança Alimentar: A segurança alimentar foi classificada em quatro diferentes grupos (seguindo o padrão do IBGE). (a) Pessoas que estão em situação de segurança alimentar (pessoas que não estão em situação de restrição alimentar); (b) Pessoas que convivem com a insegurança alimentar psicológica (pessoas que pensam que podem sofrer restrição alimentar em breve, mas não passaram por restrições nas últimas 4 semanas); (c) Pessoas em situação moderada de insegurança alimentar (pessoas que não possuem restrição na quantidade, mas sim na qualidade alimentar); (d) Pessoas que estão em situação de insegurança alimentar grave ou profunda (pessoas que não possuem nem a quantidade, nem a qualidade alimentar adequada).

Os dados dessa dimensão são mensurados da seguinte forma, $IA = 1$ quando toda a população analisada se encontra na situação a, $IA = 0,79$ quando toda a população se encontra na situação b, $IA = 0,49$ quando toda a população se encontra na situação c e $IA = 0$ quando toda a população se encontra na situação d.

O indicador final dessa metodologia aponta a situação para cada dimensão e a situação somando as múltiplas dimensões. Os valores vão de 0 a 1, sendo 0 situação absoluta de pobreza e 1 situação de não-pobreza (onde 100% das pessoas não apresentam privações).

3.6. Indicador Sintético de Pobreza – Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco

O indicador desenvolvido busca analisar a pobreza multidimensional familiar, a partir dos dados obtidos na PNAD. O índice, além da possibilidade de ser calculado em nível

de cada família, possui características que o tornam aditivamente agregável. Isto é, permite calcular o grau de pobreza de qualquer grupo demográfico. Dada a linearidade empregada, tanto na agregação da pobreza das diversas famílias, como na agregação das dimensões da pobreza, o índice proposto também permite que se obtenha o grau de pobreza de toda a população referente a cada uma das dimensões da pobreza.

Sua composição inclui, ao todo, 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Cada um dos indicadores que apresentar uma carência ou necessidade não satisfeita faz com que o indicador de pobreza aumente a pontuação da família na direção de um maior grau de pobreza.

São atribuídos pesos idênticos a todos os indicadores de um mesmo componente e a todos os componentes de uma mesma dimensão. As dimensões recebem os mesmos pesos também. Entretanto, como variam tanto o número de componentes por dimensão, como o número de indicadores por componente, o peso atribuído aos indicadores de diferentes componentes nem sempre é o mesmo. A ponderação, entretanto, é padronizada de tal forma que o grau de pobreza de cada família possa variar entre 0 (para aquelas famílias sem qualquer traço de pobreza) e 100 (para as famílias absolutamente pobres).

As seis dimensões da pobreza avaliadas a partir das informações reunidas na PNAD são: a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais. Segundo Barros, dessa forma, todas as dimensões mais básicas da pobreza tradicionalmente consideradas, com exceção das condições de saúde, foram ser incluídas.

Apesar de não dar pesos diferentes para diferentes indicadores, utilizam-se diversas vezes indicadores em cascata, isto é, indicadores diferentes que contabilizam a mesma situação (indivíduo) analisada. Isso é utilizado, pois se dá peso maior para certas condições de vulnerabilidade.

1. Vulnerabilidade: A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos de que ela precisa para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, na medida em que cresce o volume de recursos *per*

capita necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Entre as 6 dimensões consideradas, a vulnerabilidade é a única que não representa nem meios, nem fins. Os componentes são: a) fecundidade; b) atenção e cuidados com crianças, adolescentes e jovens; c) atenção e cuidados especiais com idosos; d) dependência demográfica; e e) presença da mãe.

Figura 4 – Indicadores de ausência de vulnerabilidade das famílias

Fecundidade	I/1. Alguma mulher teve filho nascido vivo no último ano I/2. Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	I/3. Presença de criança I/4. Presença de criança ou adolescente I/5. Presença de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	I/6. Presença de idoso
Dependência demográfica	I/7. Ausência de cônjuge I/8. Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa
Presença da mãe	I/9. Existe criança no domicílio cuja mãe já tenha morrido I/10. Existe criança no domicílio que não viva com a mãe

Fonte: Barros, Carvalho & Franco, 2006.

2. Falta de acesso ao conhecimento: a) o analfabetismo; b) a escolaridade formal; e c) a qualificação profissional.

Figura 5 – Indicadores de acesso ao conhecimento

Analfabetismo	C1. Presença de adulto analfabeto C2. Presença de adulto analfabeto funcional
Escolaridade	C3. Ausência de adulto com fundamental completo C4. Ausência de adulto com secundário completo C5. Ausência de adulto com alguma educação superior
Qualificação profissional	C6. Ausência de trabalhador com qualificação média ou alta

Fonte: Barros, Carvalho & Franco, 2006.

3. Acesso ao Trabalho: O acesso ao trabalho representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios. São seus componentes: a) a disponibilidade de trabalho; b) a qualidade; e c) a produtividade dos postos de trabalho disponíveis.

Figura 6 – Indicadores de acesso ao trabalho

Disponibilidade de trabalho	71. Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados
	72. Ausência de trabalhador que esteja a mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	73. Ausência de ocupado no setor formal
	74. Ausência de ocupado em atividade não-agrícola
Remuneração	75. Ausência de ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo
	76. Ausência de ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos

Fonte: Barros, Carvalho & Franco, 2006.

4. Escassez de Recursos

Figura 7 – Indicadores de disponibilidade de recursos

Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências

Fonte: Barros, Carvalho & Franco, 2006.

5. Desenvolvimento Infantil

Figura 8 – Indicadores de desenvolvimento

Trabalho precoce	D1. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando
	D2. Presença de ao menos uma criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora da escola
	D4. Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
	D5. Presença de ao menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D6. Presença de ao menos uma criança de até 14 anos com mamis de 2 anos de atraso
	D7. Presença de ao menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
	D8. Presença de ao menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto
	D9. Presença de ao menos uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido
	D10. Presença de mais de uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido
	D11. Presença de mãe que já teve algum filho nascido morto

Fonte: Barros, Carvalho & Franco, 2006.

6. Carências Habitacionais

Figura 9 – Indicadores de condições habitacionais

Propriedade	<i>H1.</i> Domicílio não é próprio
	<i>H2.</i> Domicílio não é nem próprio nem cedido
Déficit habitacional	<i>H3.</i> Densidade de 2 ou mais moradores por dormitório
Abrigabilidade	<i>H4.</i> Material de construção não é permanente
Acesso a abastecimento de água	<i>H5.</i> Acesso inadequado a água
Acesso a saneamento	<i>H6.</i> Esgotamento sanitário inadequado
Acesso a coleta de lixo	<i>H7.</i> Lixo não é coletado
	<i>H8.</i> Sem acesso a eletricidade
Acesso a energia elétrica	<i>H9.</i> Não tem ao menos a um dos itens: fogão ou geladeira
	<i>H10.</i> Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão ou rádio
	<i>H11.</i> Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio ou telefone
	<i>H12.</i> Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio, telefone ou computador

Fonte: Barros, Carvalho & Franco, 2006.

CONCLUSÃO

Portanto, esse relatório cumpre o objetivo de apresentar alguns dos principais conceitos e métodos sobre o fenômeno da pobreza a partir do século XX. Em relação aos conceitos, percebe-se um nítido avanço no sentido de entender o fenômeno como sendo multidimensional, adicionando outras dimensões, além da renda ou da alimentação, na construção do perfil de pobreza. Além disso, percebe-se que o indivíduo passa a ter cada vez a ter peso maior dentro da definição do fenômeno, o seu entendimento sobre o que é pobreza começa a ter importância central. Por fim, quanto aos métodos, foram apresentados diversos métodos, desde análises de renda familiar às análises multidimensionais. Espera-se que ao entendê-los, possam-se construir bases metodológicas sólidas para o andamento da pesquisa Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras.

REFERÊNCIAS

BAGOLIN, Izete Pengo; ÁVILA, Rodrigo Peres de. **Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches**. In: XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006, v. 1, p. 39-50.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006 (Texto para discussão, n. 1227).

CASTEL, Roberto. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CODES, Ana Luiza Machado de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa – Texto para discussão N. 1332*. IPEA, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

PERMANYER, Iñaki. **On the measurement of multidimensional poverty in multiple domain contexts**. 2016. Disponível em: <https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag-37515/Permanyer_Mar16.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

RAVALLION, M. *Poverty Comparisons*. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

_____. **On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality, Concepts and Measurement**. In: *Seminar on Poverty Statistics*. Santiago, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**, 1999.

SERRA, Adriana Stankiewicz. **Pobreza Multidimensional no Brasil rural e urbano**, Campinas 2017. Orientador: Walter Beik. Tese (doutorado) – Universidade de Campinas, Instituto de Economia.

TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.